

INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSAMENTO DE DADOS DOS NOSSOS CLIENTES POR CLASSE. 13, 14 E 21 DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD)



No seguinte documento, gostaríamos de oferecer uma descrição geral de como processamos os seus dados pessoais e informá-lo sobre os seus direitos daí decorrentes. Os dados que são processados e sendo utilizados dependem, em grande medida, dos serviços solicitados ou acordados em cada caso. Portanto nem todas as declarações contidas neste documento podem ser aplicadas ao seu caso particular.

Além disso, esta informação de privacidade poderá ser alterada e atualizada de vez em quando. Poderá encontrar sempre a última versão no nosso website em:

<https://www.territory-influence.com/en/privacypolicy/>

Quem é responsável pelo processamento de dados e quem posso contactar?

Você encontrará informações importantes sobre quem é responsável pelo processamento de seus dados, nosso representante de proteção de dados e informações de contato no seguinte link:

<https://www.territory-influence.com/en/imprint/>

Tipo de dados armazenados

Processamos os seguintes dados pessoais durante o decorrer da nossa relação comercial:

- Nome fiscal da empresa e morada
- Títulos e nomes
- Números de telefone
- Números de fax
- E-mails
- Setor comercial ou posto de trabalho

Processamos os seus dados para os seguintes objetivos e sobre a seguinte base legal:

Processos pessoais de acordo com as disposições do Regulamento Europeu de Proteção de Dados (RGPD)

Para o cumprimento de obrigações contratuais (Art.º 6, ponto 1 b do RGPD)

Os dados são processados para a execução:

- Do nosso contrato
- De serviços contratuais auxiliares

Sobre a base de requisitos legais (Art.º 6, ponto 1 c G do RGPD)

Estamos sujeitos a várias obrigações legais que implicam o processamento de dados. Estas incluem, por exemplo:

- Legal e contabilidade legal
- O cumprimento das normas e requisitos das autoridades supervisoras ou para a aplicação da lei
- O cumprimento das obrigações de controlo e a informação na legislação fiscal

Além disso, a revelação de dados pessoais no quadro de medidas oficiais / judiciais pode ser necessária com o objetivo de obter provas, processar ou fazer cumprir processos legais

No quadro do equilíbrio de interesses (Art.º 6, ponto 1 f do)

Se for necessário, processaremos os seus dados além da execução real do contrato para proteger os nossos interesses legítimos ou de terceiros.

Exemplos destes casos são:

- Processamento no sistema CRM
- Aplicação de reclamações legais
- Defesa em conflitos legais

Quem tem acesso aos meus dados?

Na empresa

Empregados em contacto consigo e que participam na cooperação contratual (incluindo a realização de medidas pré-contratuais).

Dentro do âmbito do processamento de pedidos

Os seus dados poderão ser transmitidos aos fornecedores de serviços que trabalham para nós como:

- Suporte e / ou manutenção de aplicações EDP ou IT
- Departamento de contas
- Destruição de dados
- Sócio logístico, se lhe são enviados correios ou encomendas
- Loja de impressão, se for utilizada impressão personalizada

Todos os nossos fornecedores de serviços estão obrigados por contrato a tratar confidencialmente dos seus dados.

Terceiras partes implicadas

Os dados apenas serão transmitidos a terceiros fora da nossa empresa cumprindo as normas aplicáveis de proteção de dados. Os destinatários dos dados pessoais podem ser, por exemplo:

- Organismos públicos e instituições (por exemplo, autoridades públicas ou de aplicação da lei) no caso de uma obrigação legal ou oficial
- Fornecedores de serviços financeiros e de crédito (processamento de transações de pagamento)
- Assessor fiscal ou revisor (mandato de auditoria legal)

Os dados são transferidos para um país terceiro ou para uma internacional?

Os seus dados apenas serão processados dentro da União Europeia e países dentro do Espaço Económico Europeu (EEE).

Quanto tempo serão armazenados os meus dados?

Processamos e armazenamos os seus dados pessoais sempre que isso seja necessário para o cumprimento das nossas obrigações contratuais e legais. Se os dados já não forem necessários para o cumprimento das obrigações contratuais ou legais, serão eliminados periodicamente.

Existem exceções. Esses casos são:

- A Documentação Fiscal e Tributária: Todos os documentos que justifiquem a ação tributária do sujeito passivo, que inclua tanto a contabilidade como a documentação suporte da mesma (contratos, faturas, recibos, guias de remessa...) para a qual existe uma obrigação mínima de 4 anos: Artigos 66, 67 e 68 da Lei Geral Fiscal.
- A Documentação Comercial: Faturas (emitidas pela sociedade e emitidas contra a sociedade). Contratos entre comerciantes (compra e venda, comissão, transporte, prestação de serviços, etc.) Obrigação de conservar a documentação: mínimo 6 anos: o artigo 30 do Código de Comércio estabelece que os empresários conservarão os livros.

Se o processamento de dados for efetuado sob nosso interesse legítimo ou de terceiros implicados, os dados pessoais serão eliminados logo que esse interesse já não exista, à exceção das situações previamente mencionadas.

Que direitos de proteção de dados tenho?

Tem direito de acesso a qualquer momento aos seus dados segundo o Artigo 15 do RGPD, para além do direito a retificação sob o Artigo 16 do RGPD, o direito de cancelamento sob o Artigo 17 do RGPD, o direito a limitação de processamento sob o Artigo 18 do RGPD, o direito de oposição sob o Artigo 21 do RGPD e por último, o direito à transferência de dados em função do Artigo 20 do RGPD.

De acordo com o artigo 77 do RGPD, poderá também interpor uma reclamação perante a Autoridade de Controlo se considerar que o tratamento não se ajusta à normativa em vigor:

Comissão Nacional de Protecção de Dados. Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - Tel: +351 213928400 - Fax: +351 213976832 - e-mail: geral@cnpd.pt ou <https://www.cnpd.pt/>

Existe a obrigação de fornecer dados?

Como parte da relação contratual, deverá fornecer os dados pessoais necessários para o início, execução e finalização da relação contratual e para o cumprimento das obrigações contratuais associadas ou que estamos legalmente obrigados a cumprir. Sem esta informação, não poderemos concluir ou executar, geralmente, o contrato consigo.

Informação sobre o seu direito de oposição em função do artigo 21 do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD)

Direito de objecção segundo a particularidade de cada caso

Tem direito a opor-se, em qualquer momento e/ou por razões resultantes da sua situação particular, ao processamento dos dados pessoais que lhe dizem respeito, em função do Artigo 6 (1) (f) do RGPD (processamento de dados sobre a base de um equilíbrio de interesses), incluindo elaboração de perfis na aceção do Artigo 4 (4) do RGPD baseado nesta disposição.

Se efetuar qualquer objecção não poderemos processar os seus dados pessoais, a menos que possamos provar razões prementes dignas de protecção para o processamento que superem os seus interesses, direitos e liberdades, ou que o processamento sirva para afirmar, exercer ou defender reclamações legais.

Onde apresentar o direito de oposição:

Poderá apresentar um recurso gratuitamente, enviando o seu nome, morada e data de nascimento para o seguinte agente oficial de protecção de dados:

the real network-dialogue S.L.

C/Morales, 21-27, M3

08029 Barcelona (Espanha)

934537271

www.trnd.com/pt

E-mail: dataprotection@trnd.pt